

## ANEXO XV

### DA CELEBRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

#### A - DA CELEBRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

A seção se destina a apresentar as particularidades da celebração de parceria decorrente de cada tipo específico de proponente.

- a) 1 – Celebração de Termo de Colaboração/fomento com organizações da Sociedade Civil – OSC ..... Pág. xxxxxx
- b) 2 – Celebração de Convênio com órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta estadual, municipal e distrital.....Pág. xxxx
- c) 3 – Celebração de Termo de Execução Descentralizada .....Pág. xxxxx

#### **1. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - Lei 13.019, de 2014.**

Para a celebração do Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil serão observadas as seguintes etapas:

- 1.1. Convocação da OSC e complementação do plano de trabalho
- 1.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria
- 1.3. Ajustes no Plano de trabalho e na documentação
- 1.4. Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
- 1.5. Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União

##### 1.1. Convocação da OSC e complementação do Plano de Trabalho

1.1.1. A Organização da sociedade civil selecionada será informada para que realize o preenchimento do plano de trabalho na plataforma Transferegov.br, o preenchimento das abas complementares, a comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nas vedações legais.

Todos esses atos deverão ser atendidos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da convocação.

1.1.2. O plano de trabalho resultará do alinhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção com os parâmetros para os resultados esperados pelo Iphan, com todos os pormenores exigidos pela legislação.

1.1.3. A elaboração do plano de trabalho será de responsabilidade da OSC convocada, mas ocorrerá sob a supervisão do Iphan. Deverá estar em consonância com a seção VII da lei 13.019/2014, itens I a IV; e Artigo 25, da Seção II do Decreto 8726/2016.

1.1.3.1. O plano de trabalho a ser preenchido na plataforma Transferegov.br deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, conforme disposições contidas na legislação;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

1.1.4. O plano de trabalho apresentado na plataforma Transferegov.br e a documentação da instituição serão analisados pelo Departamento de Cooperação e Fomento, pela Coordenação de Convênios e Prestação de Contas do Departamento de Planejamento e Administração e; subsidiariamente, pela Procuradoria Federal (PF) neste Instituto.

1.1.5. A previsão de receitas e despesas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/consultas-1>).

1.1.6. Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º da lei 13019/14, nos incisos I a V do caput do art. 33 da Lei 13.019/2014 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 Lei 13019/2014, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei no 13.019, de 2014;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

c) comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros: instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela; currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros; declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou; prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC.

d) certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

e) certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

f) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

g) declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade - Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles (ANEXO XI)

h) cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

i) declaração da Não Ocorrência de Impedimentos - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no ANEXO XII.

j) declaração sobre Instalações e Condições Materiais - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme ANEXO XIII.

l) Declaração de Contrapartida - declaração de contrapartida em bens e serviços, quando couber, conforme ANEXO VIII

1.1.6.1. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativa, no caso das certidões previstas nos itens "d", "e", "f" acima.

1.1.7. A critério da OSC, a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

1.1.8. As OSC ficarão dispensadas de reapresentar as certidões - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

1.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria

1.2.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pelo Iphan, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Engloba ainda, a análise do plano de trabalho.

1.2.2. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, o Iphan deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Transferegov.br, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

1.2.3. O Iphan examinará o plano de trabalho cadastrado pela(s) OSC selecionada(s) para verificar se as metas atendem perfeitamente os objetivos, se elas são factíveis e se são mensuráveis ou ainda, se necessitam ser redimensionadas para melhor atendimento do objeto.

1.2.4. Na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos nessa Etapa, a entidade imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

1.3. Ajustes no Plano de Trabalho e na documentação 1.3.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não celebração da parceria.

1.3.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho preenchido pela OSC na Plataforma Transferegov.br, o Iphan solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-los em até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

1.4. Emissão de Parecer pelo DECOF/IPHAN e formalização do Termo de Colaboração

1.4.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

1.4.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

1.4.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

1.4.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

1.4.5. Será designado pela concedente "gestor" para acompanhar e fiscalizar a execução da parceria conforme artigo 61 da lei 13.019/2014.

1.5. Publicação do TC no Diário Oficial da União

1.5.1.O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

## **2. DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS ESTADOS - Decreto 6.170/2007**

Para a celebração do Termo de Convênios serão observadas as seguintes etapas:

2.1. Convocação da **entidade** e complementação do plano de trabalho

2.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria

2.3. Ajustes no Plano de trabalho e na documentação

2.4. Emissão de Parecer pelo DECOF/IPHAN e formalização do Termo de Convênio

2.5. Publicação do extrato do termo de convênios no Diário Oficial da União

2.1. Convocação da entidade selecionada e complementação do plano de trabalho

2.1.1. Os órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta estadual selecionados serão convocados para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorrem nos impedimentos (vedações) legais. Todos esses atos deverão ser atendidos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da convocação.

2.1.2.O plano de trabalho deverá resultar do alinhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção com os parâmetros para os resultados esperados pelo Iphan, com todos os pormenores exigidos pela legislação.

2.1.3. A elaboração do plano de trabalho será de responsabilidade da entidade convocada, mas ocorrerá sob a supervisão do Iphan.

2.1.4. O plano de trabalho, a ser preenchido na plataforma Transferegov.br deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, de acordo com o artigo 19, capítulo IV da Portaria Interministerial 424/2016.

a - Justificativa para a celebração do instrumento;

b - Descrição completa do objeto a ser executado;

c- Descrição das metas a serem atingidas;

d - Definição das etapas ou fases da execução;

e- Compatibilidade de custos com o objeto a ser executado;

f- Cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso; e

g- Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela concedente e da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

2.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria

2.2.1. O plano de trabalho apresentado na Plataforma Transferegov.br e a documentação da instituição serão analisados pelo Departamento de Cooperação e Fomento, pela Coordenação de Convênios do Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN (CCONV/DPA), e subsidiariamente, pela Procuradoria Federal (PF) neste Instituto.

2.2.2. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, o Iphan deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Transferegov.br, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

2.2.3. O Iphan examinará o plano de trabalho cadastrado pela entidade para verificar se as metas atendem perfeitamente os objetivos, se elas são factíveis e se são mensuráveis ou ainda, se necessitam ser redimensionadas para melhor atendimento do objeto.

2.2.4 Na hipótese da entidade não atender aos requisitos previstos nessa Etapa , a entidade imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

### 2.3. Ajustes no Plano de trabalho e na documentação

2.3.1. O DECOF ou a CCONV/DPA poderão solicitar aos proponentes a complementação ou correção do Plano de Trabalho, assim como a complementação ou atualização de documentação.

2.3.2. É responsabilidade do proponente o atendimento às eventuais solicitações da Coordenação de Convênios de acordo com os prazos estabelecidos por aquela unidade. O não atendimento no prazo previsto implicará na desclassificação da proposta.

2.3.3. A aquisição de produtos e a contratação de serviços com recursos da União transferidos a entidades privadas sem fins lucrativos deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

### 2.4. Emissão de Parecer pelo DECOF/IPHAN e formalização do Termo de Convênio

2.4.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

2.4.2. As instituições aptas a celebrar convênio (isto é, com o plano de trabalho aprovado na Plataforma Transferegov.br pela CCONV) receberão minuta de Termo de Convênio e deverão encaminhá-la assinada pelo dirigente da instituição no prazo estabelecido pela CCONV/DPA para a devida efetivação da celebração do convênio.

2.4.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

2.4.4. A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, conforme Artigo 53, capítulo IV da Portaria Interministerial 424/16.

2.4.4. No período entre a apresentação da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, a entidade fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular

celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

2.4.5. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente e da emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal.

## 2.5. Publicação do TC no Diário Oficial da União

2.5.1. O termo de convênio somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

## 3. DA CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - **LEI 10.426, DE 2020**

Para a celebração do Termo de Execução Descentralizada serão observadas as seguintes etapas:

- 3.1. Convocação da **entidade** e complementação do plano de trabalho
- 3.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria
- 3.3. Ajustes no Plano de trabalho e na documentação
- 3.4. Emissão de Parecer pelo DECOF/IPHAN e formalização do Termo de Convênio
- 3.5. Descentralização de créditos orçamentários

### 3.1. Convocação da entidade selecionada e complementação do plano de trabalho

3.1.1. As instituições federais de ensino Superior (IFES) com propostas selecionadas deverão ser convocados para apresentação do plano de trabalho e da documentação complementar no Transferegov.br.

#### 3.1.1.1. A convocação será feita

3.1.2. Os órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta estadual selecionados serão convocados para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorrem nos impedimentos (vedações) legais. Todos esses atos deverão ser atendidos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da convocação.

3.1.3. De acordo com o Artigo 11 do Decreto 10.426/2020 são condições para celebração do TED:

- a - motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade;
- b- aprovação prévia do plano de trabalho;
- c - indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa, por meio de certificação orçamentária;
- d - apresentação da declaração de compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho; e
- e- apresentação da declaração de capacidade técnica da unidade descentralizada.

3.1.5. O plano de trabalho deverá resultar do alinhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção com os parâmetros para os resultados esperados pelo Iphan, com todos os pormenores exigidos pela legislação.

3.1.6. A elaboração do plano de trabalho será de responsabilidade da entidade convocada, mas ocorrerá sob a supervisão do Iphan.

3.1.7. O plano de trabalho, a ser preenchido na plataforma Transferegov.br deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, conforme artigo 8º do Decreto 10426/2020.

a - a descrição do objeto;

b - a justificativa;

c - o cronograma físico, com a descrição das metas e dos produtos pactuados, as unidades de medida, a quantidade e os valores unitários e totais;

d - o cronograma de desembolso;

e - o plano de aplicação consolidado até o nível de elemento de despesa;

f - a identificação das unidades descentralizadora e descentralizada, com discriminação das unidades gestoras; e

g - a identificação dos signatários.

3.2. Análise do Plano de Trabalho e do cumprimento dos requisitos legais para a celebração da parceria

3.1.5. O plano de trabalho será analisado quanto à viabilidade, aos custos, à adequação ao programa, à ação orçamentária e ao período de vigência.

3.1.6. Na análise de custos, se entender necessário, a unidade descentralizadora poderá solicitar à unidade descentralizada informações adicionais para justificar os valores dos bens ou dos serviços que compõem o plano de trabalho.

3.1.7. É permitido o pagamento de despesas relativas a custos indiretos necessários à consecução do objeto, no limite de vinte por cento do valor global pactuado, mediante previsão expressa no plano de trabalho.

3.1.8. O plano de trabalho será analisado pelo Departamento de Cooperação e Fomento, pela Coordenação de Convênios do Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN (CCONV/DPA), e subsidiariamente, pela Procuradoria Federal (PF) neste Instituto.

3.1.9. A apresentação da declaração de compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho será exigida conforme o Artigo 11, Seção V, Item IV, Decreto 10.426/2020.

3.3. Ajustes no Plano de trabalho e na documentação

3.3.1. O DECOF ou a CCONV/DPA poderão solicitar aos proponentes a complementação ou correção do Plano de Trabalho, assim como a complementação ou atualização de documentação.

3.3.2. É responsabilidade do proponente o atendimento às eventuais solicitações da Coordenação de Convênios de acordo com os prazos estabelecidos por aquela unidade. O não atendimento no prazo previsto implicará na desclassificação da proposta.



3.3.3. O DECOF será responsável pela elaboração da minuta do Termo de Execução Descentralizada e o disponibilizará para assinatura.

#### 3.4. Emissão de Parecer pelo DECOF/IPHAN e formalização do Termo de Convênio

3.4.1. No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado. O ato de designação dos gestores titulares e suplentes do TED será publicado no sítio eletrônico oficial das unidades descentralizadora e descentralizada. ( Artigo 17 e parágrafo único, seção IX do Decreto 10.426/2020.

3.4.2. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente e da emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal.

#### 3.5. Publicação do TC no Diário Oficial da União

3.5.1. Na celebração de TED que utilize os modelos padronizados de que trata o art. 25 fica facultada a dispensa de análise jurídica. (conforme art. 12, decreto 10.426)

3.5.2. O TED e seus eventuais termos aditivos serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da unidade descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura. (Artigo 14, seção VI, Decreto 10.426/2020)